



Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável

GUIA METODOLÓGICO DO SISTEMA DE ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO



mulheresmil.mec.gov.br



Secretaria de
Políticas para as Mulheres

Secretaria de
Direitos Humanos



Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

Ministério da
Educação



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
METODOLOGIA BRASILEIRA DE ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO	4
1. SISTEMA DE ACESSO	4
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	4
1.2 CONCEITUAÇÃO	4
1.3 OBJETIVOS	5
1.4 ESTRUTURA E SUPORTE	5
1.4.1 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	5
1.4.1.1 OBJETIVOS	6
1.4.2 ESCRITÓRIO DE ACESSO	7
1.4.2.1 OBJETIVOS	8
1.4.3 INSTITUIÇÃO NO TERRITÓRIO COMUNIDADE	8
1.4.4 ACESSO DAS EDUCANDAS	9
<i>2. A aprendizagem de conceitos</i>	<i>11</i>
<i>2.1 Identificação de conhecimentos e habilidades previamente adquiridas</i>	<i>13</i>
<i>2.1.1 Mapa da vida</i>	<i>13</i>
<i>2.1.2 Portfólio</i>	<i>15</i>
<i>2.1.2.1 Avaliação e autoavaliação</i>	<i>15</i>
<i>2.1.2.2 Identificação de documentos</i>	<i>16</i>
<i>2.1.2.3 Certificação de competências e reconhecimento de aprendizagem previamente adquirida</i>	<i>17</i>
<i>2.1.2.4 O que é a Rede Certific</i>	<i>18</i>
<i>2.1.2.5 Objetivos do Programa</i>	<i>18</i>
3. Plano educacional	19
<i>3.1 Identificações dos objetivos acadêmicos/escolares e de trabalho</i>	<i>20</i>
<i>3.2 Construção do itinerário formativo para as mulheres</i>	<i>20</i>
3.3 Módulo educacional central	21
<i>3.3.1 Cursos/Temáticas/Conteúdos</i>	<i>21</i>
<i>3.3.2 Cursos possíveis</i>	<i>22</i>
<i>3.3.2.1 Fundamental: alfabetização e ensino fundamental</i>	<i>22</i>
<i>3.3.2.2 Proeja Fundamental</i>	<i>23</i>
<i>3.3.2.3 Proeja Técnico – Médio Integrado</i>	<i>23</i>
<i>3.3.2.4 Cursos de aperfeiçoamento, especialização e atualização</i>	<i>23</i>
<i>3.3.3 Construção da rede de parceiros na viabilização da oferta educacional e na trajetória do itinerário formativo: compatibilização da oferta à demanda</i>	<i>24</i>
MÓDULO PERMANÊNCIA E ÊXITO	27
1. Conceituação	27
2. Objetivos	27
3. Serviços de Assistência e Apoio à Educanda	28
<i>3.1 Psicologia e Assistência Social</i>	<i>29</i>
<i>3.2 Assistência Médico-Odontológica</i>	<i>29</i>
<i>3.3 Bolsas de Transporte e Alimentação</i>	<i>29</i>
4. Aulas na comunidade	30
5. Assistência Estudantil	30
<i>5.1 Creche</i> 30	
<i>5.2 Material didático e uniforme</i>	<i>31</i>
<i>6. Apoio à aprendizagem e pesquisa</i>	<i>31</i>
<i>7. Aconselhamento, assistência e orientação ao emprego</i>	<i>32</i>
<i>8. Empreendedorismo, cooperativismo popular e ações solidárias</i>	<i>33</i>
<i>9. Incubação tecnológica</i>	<i>34</i>
PLANO DE COMUNICAÇÃO	37
1. CONTEXTUALIZAÇÃO	37
2. OBJETIVOS	39
3. CONSTRUÇÃO DE ACERVO	39
<i>3.1 DOCUMENTOS ACADÊMICO-ESCOLARES</i>	<i>40</i>
<i>3.2 DOCUMENTOS PEDAGÓGICOS</i>	<i>40</i>
<i>3.3 RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS</i>	<i>40</i>
<i>3.4 PRODUÇÃO CIENTÍFICA</i>	<i>40</i>
4. PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA REFERENTE AO SISTEMA DE ACESSO	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

EXPEDIENTE

A apostila do Guia da Metodologia de Acesso, Permanência e Êxito do Mulheres Mil foi desenvolvida por docentes e servidores dos 13 Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica que participaram dos projetos pilotos.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Ana Carolina Oliveira Batista
Patricia Barcelos
Rodrigo Torres
Sérgio Luis França

ORGANIZAÇÃO

Stela Márcia Moreira Rosa
Marcia Moreschi

REVISÃO

Cecília Fujita

DIAGRAMAÇÃO

Aldilenice Onesia Ferreira

INSTITUTOS FEDERAIS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

AL

Magda Maria Gomes Brandão Zanotto

AM

Nancy dos Anjos Oliveira

BA

Paula Mara Messias Costa
Livia Simões
Regina Cele Cotta Lovatti

CE

Sarah Virgínia Carvalho Ribeiro

MA

Fernanda Lopes Rodrigues
Maria Tereza Fabbro
Walkíria Viégas
Luis Presley Serejo dos Santos

PB

Cleomar Porto Bezerra
Maria Zélia Batista Guedes

PE

Roberta Monica A. da Silva
Virginia Lucia Golveia e Silva
Xênia Luna Alves de Souza

PI

Samara Cristina Silva Pereira

RN

Wagno Sérgio Pinheiro Félix

RO

Marilise Doege Esteves

RR

Maria do Socorro Leandro Silva
Crisonéia Nonata de Brito

SE

Nara Vieira de Souza

TO

Marcio Frota da Silva
Vinicius Souza Ribeiro
Ana Carolina Falcão Braga

APRESENTAÇÃO

Durante o período de 2007 a 2011 foi implementado o projeto Mulheres Mil, em cooperação com o governo canadense, visando a formação educacional, profissional e cidadã de mulheres desfavorecidas das regiões Norte e Nordeste do Brasil, criando as pontes necessárias para que essas mulheres incrementem seu potencial produtivo, promovam a melhoria das condições de vida de suas famílias, de suas comunidades e contribuam para o crescimento econômico sustentável.

Para tanto, foram desenvolvidos processos, metodologias, ferramentas técnicas e currículos que promovessem o acesso e a permanência em sala de aula e a formação em áreas profissionais específicas de cada localidade, assim como a transmissão de temas transversais para a formação cidadã, tais como comportamento sustentável, saúde e direito da mulher, inclusão digital, cooperativismo, proteção ambiental, dentre outros, com o intuito de possibilitar sua inserção no mundo do trabalho.

Neste contexto, a metodologia Sistema de Acesso, Permanência e Êxito desenvolvido pelo Mulheres Mil é fruto de um amplo processo de construção, que tem sua origem no acúmulo e na sistematização de conhecimentos desenvolvidos pelos *Community Colleges* canadenses em suas experiências de promoção da equidade e nas ações com populações desfavorecidas naquele país ao longo de dez anos. O sistema canadense é denominado Sistema ARAP (Avaliação e

Reconhecimento de Aprendizagem Prévia) e consiste, em linhas gerais, em certificar todas as aprendizagens formais ou não formais e proporcionar a qualificação nas áreas necessárias à complementação da qualificação.

Além de prever o reconhecimento de saberes ao longo da vida, o modelo brasileiro é inovador no sentido de que foram contemplados instrumentos e mecanismos de acolhimento de populações não tradicionais, que viabilizassem o acesso à formação profissional e cidadã, com elevação de escolaridade, a inserção produtiva e a mobilidade no mundo do trabalho, o acompanhamento dos egressos e os impactos gerados na família e na comunidade.

Portanto, a metodologia sistematizada neste Guia é resultado do conjunto de experiências e conhecimentos de diversos atores que participaram das iniciativas do Mulheres Mil, desenvolvidas pelo Instituto Federais de Educação, Ciência e Tecnologia dos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Rondônia, Sergipe e Tocantins.

Esperamos que esta publicação possa contribuir para a implementação de outros núcleos do Programa Mulheres Mil no território brasileiro, cujas novas experiências que advirão, certamente, permitirão ampliar as reflexões para enriquecer e aperfeiçoar a metodologia em questão, como grande eixo de política pública de gênero e equidade.

METODOLOGIA BRASILEIRA DE ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO

1. Sistema de acesso

1.1 Contextualização

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) estão promovendo uma cultura de inovação e inclusão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, a partir das características, experiências e necessidades de cada território e de suas populações.

Para a materialização dessa cultura, são criados mecanismos para a promoção do acesso das populações tradicionalmente afastadas da possibilidade de inclusão ao conhecimento, à tecnologia e à inovação gerados nos Institutos.

O Programa Mulheres Mil intensifica esse processo impulsionando o desenvolvimento regional e institucional, pela melhoria do acesso de mulheres em situação de vulnerabilidade social à educação e ao mundo do trabalho. Assim, o Programa promove o crescimento humano dessas mulheres, por meio da melhoria de suas condições de vida (sociocultural e econômica), o que aumenta a possibilidade de elas contribuírem com a governança de suas comunidades, na medida em que se transformam em cidadãs, social e economicamente emancipadas.

O acesso à instituição passa a ser concebido como um instrumento de inclusão, promotor de permanência no ambiente dos Institutos e no mundo do trabalho, com êxito e sustentabilidade, dada a mudança de concepção de acesso meritocrático e seletivo para um acesso inclusivo e afirmativo.

Esta concepção de acesso inclusivo, que reconhece e valoriza os saberes construídos na comunidade, na realidade do cotidiano, traz não só para os Institutos, mas para toda instituição que esteja incluída no Programa Mulheres Mil, uma oportunidade de estabelecer um diálogo com as diversidades, integrando o conhecimento acadêmico ao itinerário formativo dessas mulheres e das populações não tradicionais.

1.2 Conceituação

Chamamos de acesso o processo de aproximação e de estabelecimento de diálogo com a comunidade que resulte em inclusão das populações não tradicionais nas instituições educacionais e, conseqüentemente, sua participação efetiva no processo de formação, elevação de escolaridade e de inserção no mundo do trabalho.

Os serviços de acesso incluem ações de busca e de ingresso. Ações de busca são aquelas que iniciam e consolidam a interface e o diálogo com a comunidade, o que permite às instituições conhecer e se aproximar daquela realidade, identificando suas necessidades, desafios e demandas, e permitindo, assim, a definição de suas políticas e diretrizes. Neste momento é vital o estabelecimento de confiança mútua para que o diálogo se consolide e produza frutos.

1.3 Objetivos

O principal objetivo do acesso é viabilizar o ingresso e a permanência com êxito da população feminina brasileira em situação de vulnerabilidade social nas instituições de educação profissional, visando sua inclusão educativa e sua promoção social e econômica. Por meio da formação e elevação de escolaridade, pretende-se dar-lhes condições de melhorar seu potencial de empregabilidade, a qualidade de suas vidas, de suas famílias e de suas comunidades.

Os objetivos específicos do sistema de acesso são:

- ✓ Ser instrumento de diálogo com a comunidade, permitindo o ingresso, de modo acolhedor e personalizado, da população feminina em situação de vulnerabilidade social nas instituições de educação profissional e tecnológica.
- ✓ Agregar valor ao processo de ingresso, reconhecendo a aprendizagem prévia das mulheres, respeitando sua trajetória de vida e sua construção social.
- ✓ Contribuir com o desenvolvimento da competência institucional na aplicação de metodologias, instrumentos e currículos que materializem os processos de inclusão e permanência das populações historicamente excluídas do sistema educacional e do mundo do trabalho.
- ✓ Fomentar a equidade de gênero, a emancipação e o empoderamento das mulheres por meio do acesso à educação

e ao mundo do trabalho.

- ✓ Estabelecer diálogos e parcerias com o mundo do trabalho para possibilitar o ingresso e a permanência das educandas nos seus empregos e empreendimentos.

O sistema de acesso deve, portanto, ser democrático e inclusivo, promovendo a sustentabilidade e a equidade, independentemente da faixa etária e do conhecimento educacional prévio.

1.4 Estrutura e suporte

A estrutura e o suporte necessários à realização do acesso da forma como descrita nos seus objetivos caracterizam-se por:

- Constituição e qualificação de uma Equipe Multidisciplinar que compreenda os conceitos, princípios e valores intrínsecos do Programa Mulheres Mil;
- Instalação do Escritório de Acesso nas suas especificidades;
- Estruturação do Serviço – Instituto Federal na Comunidade;
- Desenvolvimento dos Serviços de Acesso às Educandas.

1.4.1 Equipe Multidisciplinar

A Equipe Multidisciplinar é constituída de um conjunto de servidores, profissionais especialistas e parceiros que, em trabalho articulado, colaborativo e solidário, viabilizarão as ações do Programa na comunidade interna e externa, desenvolvendo desde o planejamento

integrado até a execução e o monitoramento do Programa no âmbito da instituição ofertante.

O perfil dos integrantes dessa equipe deve contemplar a visão de abertura ao novo e postura solidária e colaborativa, com determinação e comprometimento em construir uma sociedade mais inclusiva, justa e igualitária. A institucionalização da equipe deverá ser formalizada por portaria publicada pela instituição, de maneira a comprometer seus integrantes. Isso não inviabiliza, no entanto, a participação de outras pessoas da instituição no processo de construção do Programa Mulheres Mil. A mobilização interna configura-se como um elemento facilitador do sucesso da implementação do Programa, uma vez que ele demanda o envolvimento de diversos setores distintos.

A composição da Equipe Multidisciplinar seguirá uma estrutura básica formada por educadores especialistas:

- Gerente do Projeto
- Orientador Educacional e Pedagogo
- Docentes das áreas do conhecimento exigidas para desenvolvimento do Programa
- Assistente Social e Psicólogo
- Médico e Odontólogo
- Educador especialista em emprego e empreendedorismo
- Educador especialista em pesquisa e inovação
- Educadores técnico-administrativos
- Comunicador

- Educador especialista para a aplicação de metodologias e instrumentos de reconhecimento de aprendizagem prévia (Certific, ARAP, Portfólios, Mapas de Vida, etc)

Caberá à direção/responsável pela instituição escolher pessoas com perfil técnico-profissional que atenda às diversas dimensões, demandas e particularidades do Programa. Dentre eles, deverá ser indicado(a) um(a) gestor(a) do Programa que será devidamente capacitado(a) pelo Grupo de Formadores no sistema de Acesso, Permanência e Êxito.

Por conseguinte, o(a) gestor(a) deverá apresentar o Programa à comunidade educativa, motivando, sensibilizando e capacitando a equipe multidisciplinar para integrá-lo. À medida que outras unidades da instituição se incorporarem ao Programa, o(a) gestor(a) realizará o trabalho de sensibilização e capacitação da nova equipe.

1.4.1.1 Objetivos

A equipe multidisciplinar tem como principais objetivos:

- Viabilizar as várias etapas de estruturação e implementação do Programa.
- Consolidar, disseminar e dar sustentabilidade às ações

- Atender às especificidades das mulheres integrantes, tais como: aspectos educacionais, culturais, psicossociais e relativos à saúde das mulheres, encaminhando-as para os setores específicos de atendimento.
- Integrar o Programa aos diversos setores, estruturas e serviços da instituição.
- Aplicar o conceito de indissociabilidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão em todo o processo que constitui o Programa.
- Sensibilizar e agregar novos parceiros e colaboradores (nas comunidades interna e externa) para integrar ao esforço coletivo do Programa.
- Sistematizar e desenvolver o conjunto de ações que compõem o planejamento, a execução, o monitoramento, a avaliação e o acompanhamento de resultados do Programa.
- Monitorar sistematicamente as comunidades participantes do Programa.

1.4.2 Escritório de Acesso

É o espaço institucional de referência no desenvolvimento dos serviços de acesso, permanência e êxito das mulheres no Programa; um espaço estruturado especificamente para receber, acolher, orientar, encaminhar e acompanhar as mulheres que procuram a instituição para obter informações sobre o Programa e as ofertas e possibilidades educacionais. O Escritório de Acesso é a referên-

cia no compartilhamento das informações e ações do Programa, congrega pessoas e a equipe multidisciplinar, sendo também um espaço de troca de experiências, de construção e de fortalecimento de vínculos e de relações. Deve ser construído coletivamente como um espaço de confiança.

O conceito que sustenta o sistema de acesso é o da plena inclusão, portanto atende às demais políticas inclusivas e afirmativas do Brasil. Sugere-se, assim, que funcione atendendo também às demais populações não tradicionais, igualmente vulneráveis e excluídas.

PASSO A PASSO PLANO DE ACESSO

Tendo sido explanado sobre o sistema de acesso em seus aspectos conceituais e estruturantes, cabe agora tratar do Plano de Acesso, que será instrumento fundamental para o planejamento e a gestão do Programa.

O Plano de Acesso deve ser detalhado e prever as seguintes ações:

Externas:

- Interlocução com as comunidades
- Identificação e busca de parceiros.

Internas:

- Sensibilização da Instituição
- Articulação com os departamentos/coordenações
- Implantação/construção do Escritório de Acesso
- Organização da estrutura necessária para a oferta do curso.

Portanto, a equipe multidisciplinar deve elaborar um plano de trabalho para detalhar todas as ações/articulações que precisarão ser realizadas para a implantação e execução do Mulheres Mil e acesso das alunas ao mundo do trabalho.

O plano deverá ter as seguintes etapas:

1. **Identificação e estudos da comunidade**
2. **Busca das alunas – interlocução com a comunidade**
3. **Ingresso na Instituição**
4. **Serviços de acolhimento e socialização**

1.4.2.1 Objetivos

- Ser referência e suporte para a equipe multidisciplinar, parceiros, mulheres atendidas e demais envolvidos no Programa.
- Ser um espaço de boas-vindas, acolhimento, orientação, aconselhamento e acompanhamento das mulheres.
- Conectar e articular com os diversos setores da instituição, com os parceiros e o mundo do trabalho, visando o alcance dos objetivos do Programa.
- Ofertar e disponibilizar o conjunto de informações referentes aos serviços existentes, tais como: formas de ingresso, programas e serviços educacionais, programas de assistência estudantil (médico, odontológico, alimentar, etc), apoio psicossocial, informações de suporte ao emprego e empreendedorismo, etc.
- Gerenciar recursos e materiais integrantes do plano de trabalho do Programa necessários à viabilização do atendimento dos objetivos previstos, tais como: transporte, bolsas, alimentação, material didático, etc.

O Escritório de Acesso deve estar instalado em local visível, preferencialmente na entrada da instituição e ser de fácil acesso. Esse ambiente deve ser acolhedor, alegre e bonito. Deve proporcionar, ainda, aos que ali chegam uma sensação de leveza, descontração, segurança, cooperação, solidariedade e confiança.

Nele deve existir também um local que possibilite os aconselhamentos e orientações individuais reservadas, específico para esses fins. É recomendável a colocação de plantas no local, uma vez que elas harmonizam o ambiente e produzem sensação de bem-estar.

A estrutura mínima deve ser composta por mesas de escritório e de reunião, computadores, impressora, telefone, sofás, armário(s), expositores para as publicações relativas ao Programa e à instituição. Em suma, deve haver equipamento básico para o bom funcionamento de um espaço com propósito tão amplo como é o Escritório de Acesso.

1.4.3 Instituição no território comunidade

A instituição é o grande articulador e integrador de uma rede de ensino, pesquisa, documentação e informações de referência que promove, desenvolve e consolida a reflexão e compreensão de forma atualizada, permanente e contextualizada sobre as diversas dimensões e dinâmicas do território/comunidade.

Assim, a instituição se articula como um observatório de políticas públicas e do universo social, econômico, geográfico, educacional, cultural, científico e tecnológico de seu entorno. Para isso, deve ter a leitura e compreensão das comunidades e dos grupos sociais existentes em seu território e de suas diversas caracterizações social, econômica, política, educacional, cultural e tecnológica.

A instituição apresenta-se às comunidades selecionadas para integrar o Programa por meio de um conjunto de ações, dentre elas: visitas e diálogos com associações de bairro, clubes de mães, entidades de classe, ONGs, organismos de governos municipais, estaduais e federais. Enfim, a sociedade como um todo, que atua direta ou indiretamente na comunidade.

Nessas visitas são apresentados a concepção, as diretrizes e os contextos do Programa, e é feito o convite para que as comunidades se integrem às instituições, conheçam suas instalações e serviços ofertados.

Essas ações, entre outras, consolidam o diálogo com e nas comunidades, e assim permitem a compreensão mútua das demandas, das necessidades locais e das potencialidades de atendimento.

Passo a passo da Busca das Alunas

Interlocução com a Comunidade

Com base nas informações advindas da análise socioeconômica da comunidade, identificar o perfil da população feminina e sua situação, especificamente no que se refere à educação, à saúde e ao trabalho.

- ✓ A busca das mulheres (apresentação do programa, encontros de sensibilização, diálogos, observações, visitas e reuniões).
- ✓ Envolvimento dos serviços de psicologia e assistência social no processo.

- ✓ Utilização dos meios de comunicação mais usuais da comunidade para mobilização/divulgação das reuniões – carro de som, rádio poste, rádio comunitária, cartazes nos mercados locais, nas paradas de ônibus, entre outros.
- ✓ Aplicação de questionário socioeconômico com as mulheres das comunidades. Para tanto, o documento específico será construído pela equipe multidisciplinar, preservando a realidade local. Este questionário poderá ser aplicado em dois momentos: nas visitas às comunidades, assim que o ambiente for propício, ou no Escritório de Acesso, quando o diagnóstico da comunidade for baseado em dados secundários (fornecidos por lideranças/instituições locais).
- ✓ Com base no resultado do questionário aplicado, realizar a definição do perfil por meio de estudo das condições de vulnerabilidade, quais sejam: baixo nível de escolaridade, histórico de emprego com baixa remuneração e condições adversas, fragilidade da estrutura de apoio familiar, experiências educacionais e de vida negativas, pobreza acentuada.

1.4.4 Acesso das educandas

A concepção pedagógica do Programa baseia-se na flexibilidade, sendo, portanto, capaz de aceitar desenhos novos e instituir itinerários formativos que permitam o diálogo com os saberes não formais e com o conhecimento de mundo trazido pelas mulheres, bem como de permitir um trabalho na verticalização do ensino, promovendo a integração dos diferentes níveis de educação inicial e continuada com a pesquisa e a extensão.

Passo a passo do Ingresso na Instituição

- ✓ Disponibilizar a infraestrutura necessária (escritório de acesso, salas de aula, laboratórios, biblioteca, etc.).
- ✓ Elaborar o edital, pois o ingresso deverá ser por esse instrumento específico. Um modelo é disponibilizado, sendo necessário que cada instituição adapte o documento à sua realidade institucional e à peculiaridade da comunidade em foco.
- ✓ Publicar e divulgar o edital na comunidade.
 - A inscrição tem seus requisitos estabelecidos no edital, de modo que o(a) gestor(a) local organizará sua equipe para atender às pessoas interessadas, verificar e receber a documentação necessária, entrevistar as futuras alunas, organizar a informação.
 - Conforme disposto em edital, a seleção será realizada por meio de avaliação dos documentos e do questionário socioeconômico, com uma entrevista, processo este de caráter classificatório, considerando-se a oferta de vagas. As demais classificadas permanecerão no cadastro de reserva, podendo ser chamadas conforme a disponibilidade eventual de vagas.
 - A matrícula deve ser efetivada normalmente, como todo processo de matrícula de aluno(a) regular, ou seja, seguindo-se todos os trâmites da instituição. Como os cursos do Programa Mulheres Mil caracterizam-se como um Proeja FIC ou Proeja Técnico, a matrícula segue este padrão, devendo ser inserida no Sistec.
 - Serviços de aconselhamento e assistência deverão ser ofertados (definir os processos de atendimento).
 - Propiciar atendimento de assistência social e de saúde existentes nas instituições e/ou nos parceiros, como, por exemplo, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Assistência Social, com o Ministério Público para apoio às questões relativas a direitos humanos e direitos da mulher, entre outras.
- ✓ Garantir a permanência (formatação de cursos, bolsas auxílio, acesso aos serviços, atendimento a demandas específicas).
- ✓ Manter o aconselhamento permanente por assistentes sociais e psicólogos das equipes multidisciplinares. Estes deverão realizar acompanhamento sistematizado das alunas, buscando auxiliá-las nas dificuldades e nos problemas psicossociais vivenciados.
- ✓ Garantir o êxito das alunas (articulação com o setor produtivo para a inserção no mundo do trabalho e articular possibilidades de continuidade da formação profissional).

Assim, para a implementação do Programa Mulheres Mil, o fazer pedagógico será um instrumento transformador, sintonizado com as demandas sociais, econômicas e culturais, permeando-se das questões de diversidade cultural e de preservação ambiental, pautado na ética da responsabilidade e do cuidado.

A metodologia Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia (ARAP) é um mecanismo desenvolvido pelos *Community Colleges do Canadá* (instituições de educação profissional e tecnológica, similares aos Institutos Federais) para promoção do acesso de pessoas desfavorecidas. No Brasil esse mecanismo foi incorporado e adaptado para fazer frente às especificidades legais e estruturais do modelo educacional. Dessa experiência foi elaborado o Sistema de Acesso, Permanência e Êxito do Mulheres Mil. Neste sentido, a metodologia ora apresentada será conceituada levando em consideração a realidade brasileira.

Para Piaget, todo conhecimento somente é possível porque há outros anteriores. É dessa maneira que se desenvolve a inteligência. Desde o nascimento, as pessoas começam a realizar um processo contínuo e infinito de construção do conhecimento, alcançando níveis cada vez mais complexos. Construídas passo a passo, as estruturas cognitivas são condições prévias para a elaboração de outras mais complexas. Ao agir sobre um novo objeto ou situação que

entre em conflito com as capacidades já existentes, as pessoas fazem um esforço de modificação para que suas estruturas compreendam a novidade (FERNANDES, 2011).

A teoria da aprendizagem significativa, ao descrever o processo de aprendizagem, no qual destaca o conhecimento prévio do aprendiz como o fator isolado mais importante na determinação do processo de ensino, oferece uma contribuição fundamental para o reconhecimento do aluno como sujeito que aprende; das possibilidades de mudança por meio do aprendizado; da necessidade de não transformar diferenças sociais, econômicas, culturais e cognitivas em desigualdades escolares.

Conforme Ausubel, o que o aluno já sabe, isto é, o conhecimento prévio (conceitos, proposições, princípios, fatos, ideias, imagens, símbolos), é fundamental para a teoria da aprendizagem significativa, uma vez que constitui um determinante do processo de aprendizagem, pois é significativo por definição, base para a transformação dos significados lógicos dos materiais de aprendizagem, potencialmente significativos, em significados psicológicos (AUSUBEL et al., 1980).

Quando Ausubel se refere ao conhecimento prévio, não o estuda por ele mesmo (o conhecimento previamente adquirido), mas tem como horizonte o processo de ensino e aprendizagem es-

colar. Em função desse processo é que considera necessários a identificação e o estudo dos conceitos iniciais relevantes – conceitos âncoras, subsunçores, articuladores, integradores – presentes na estrutura cognitiva do estudante para que funcionem como estruturas integradoras de novos conteúdos ensinados na escola. Assim, conhecimento prévio define-se num trânsito, em função de uma mudança, na qual certa estrutura cognitiva inclusiva já existente está em relação a um novo conhecimento. Nesse processo, tanto a estrutura cognitiva já existente como o novo conhecimento incorporado são modificados, pois se influenciam mutuamente durante a experiência de aprender significativamente (AUSUBEL, 2003; TAVARES, 2004).

Ao abordarmos a aprendizagem de conceitos (COLL et al., 1998) podemos dizer que uma pessoa adquire um conhecimento quando é capaz de dotar de significado um material ou uma informação que lhe é apresentada, ou seja, quando “compreende” esse material, podendo então, traduzi-lo para suas próprias palavras. Sendo assim, o aluno só aprende significativamente quando é capaz de trazer o conhecimento para sua própria realidade.

2. A aprendizagem de conceitos

No contexto da aprendizagem de conceitos, Coll (1999) destaca a importância dos conhecimentos prévios, que,

como já mencionamos anteriormente, são o conjunto de conceitos que cada indivíduo traz consigo, saberes que já possuem sobre os conteúdos concretos que se dispõem a aprender, conhecimentos prévios que abrangem tanto os conceitos e informações sobre o próprio conteúdo como conhecimentos relacionados com ele. Segundo o autor, a concepção construtivista assume a existência dos conhecimentos prévios como elemento principal na explicação de alguns processos de aprendizagem na sala de aula.

Para Coll (1998), antes de mais nada é preciso destacar que estes conhecimentos fazem parte de uma construção extremamente pessoal de cada aluno, ou seja, são conhecimentos que foram elaborados em sua mente a partir de vivências pessoais, do dia a dia. Estas ideias prévias, para o autor, não costumam ser coerentes do ponto de vista científico, porém são bastante previsíveis em relação a fatos cotidianos. É fato ainda, para Coll (1998), que estes conhecimentos são bastante estáveis, ou seja, resistem fortemente a mudanças e são encontrados não só em crianças e adolescentes, mas também em adultos.

Podemos dizer ainda que os conhecimentos intuitivos buscam não tanto a “verdade”, mas sim a utilidade. É devido a esse caráter dos conhecimentos prévios, segundo o autor, que eles costumam persistir, ou melhor, resistir, diante dos conhecimentos transmitidos pela

escola. Para ajudar os alunos a ampliar esses conceitos, é necessário, portanto, que os conteúdos transmitidos pela escola sejam baseados em situações da vida cotidiana, de forma que o saber científico não seja apenas “verdadeiro”, mas também útil nas mais diversas situações da realidade, tanto no sentido da ação quanto de sua compreensão.

Neste sentido, a aplicação da Identificação dos Saberes é fundamental para fazer o mapeamento dos conhecimentos preliminares das mulheres, bem como para identificar os objetivos acadêmicos, o desenho dos itinerários formativos e a qualificação para geração de emprego e renda.

A Identificação dos Saberes é o processo que faz uma analogia entre o que o indivíduo sabe e o que pode fazer, relacionado a um propósito específico à medida que se relaciona com cursos/programas, certificações, padrão ou resultado de desempenho obrigatórios. No processo, devem ser considerados:

- Aprendizado formal: programas e cursos de organizações educacionais reconhecidas.
- Aprendizado não formal: aprendizado estruturado não reconhecido por instituições.
- Aprendizado informal: aprendizado autodidata, aprendizado através de experiências de trabalho e vida.

É utilizado para:

- a) identificação de todos os tipos de aprendizagem;
- b) documentação/comprovação da aprendizagem;
- c) processo de avaliação; e
- d) reconhecimento (validação) de aprendizagem.

2.1 Identificação de conhecimentos e habilidades previamente adquiridas

Quando se analisa o nível de escolaridade em que as mulheres estão, constata-se que elas trazem consigo uma aprendizagem que se deu através do cotidiano, de forma empírica, com algumas tendo inclusive completado o nível fundamental, enquanto outras permanecem na linha dos analfabetos funcionais.

Entre os fatores que contribuíram para esse cenário estão, de um lado, as políticas públicas implementadas por meio de programas públicos para aumento de escolaridade e geração de renda e, de outro, as dificuldades de acesso ao trabalho, em função da falta de formação mais consistente, focada em determinado arco ocupacional, o que traz como consequência a alta rotatividade e o deslocamento de ocupações, que fragilizam a sustentabilidade do próprio mundo do trabalho¹.

Considerando este cenário, a identificação de competências e habilida-

des anteriormente adquiridas é de extrema importância na recuperação desses conhecimentos, na humanização do processo ensino-aprendizagem, contribuindo também para a elevação da autoestima dessas mulheres.

Alguns instrumentos são utilizados para identificação do conhecimento prévio: questionário, entrevista, mapa da vida e portfólio. Todos estes instrumentos são aplicados a seu tempo, compondo uma avaliação contínua, constante e sistêmica. O questionário e a entrevista acontecem no momento da inscrição. O portfólio passa a ser construído nesse momento também, pois a documentação apresentada é nele incluída e será complementado no decorrer das atividades do programa de formação. O mapa da vida deve ser aplicado nas primeiras aulas, com muito cuidado, preparado pela equipe multidisciplinar, especialmente pelas psicólogas e assistentes sociais. O material que emerge desta experiência deve ser também incluído no portfólio.

2.1.1 Mapa da vida

É uma ferramenta no processo de construção do Programa Mulheres Mil e objetiva criar oportunidade e ambiente para a troca de experiências de vida das mulheres, para que elas possam ser compartilhadas e então devidamente registradas, validadas e valorizadas.

O método potencializa o sujeito como autor da história da sua vida, da de

¹ Vide Catálogo Brasileiro de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

seu grupo, instituição ou comunidade, ou seja, as experiências podem ser narradas e registradas por seus protagonistas.

A construção do mapa da vida estimula pessoas a organizar sua própria história numa cronologia que possibilite que cada uma visualize e apresente sua trajetória global. Por outro lado, coloca o sujeito diante da perspectiva de fazer escolhas e selecionar o que quer contar e registrar, revelando os fatos marcantes, as rupturas e as pessoas significativas.

Passo a passo do Mapa da Vida

Entre outras maneiras, a atividade de construção do mapa da vida poderá ser organizada da seguinte forma:

- ✓ Distribuir, entre os participantes do grupo, papel, canetas coloridas e imagens (podem ser de revistas, jornais e xerox de fotografias antigas). Também podem ser usadas fotos próprias, trazidas de casa.
- ✓ Pedir para que cada pessoa faça o mapa da vida a partir de um grupo de questões, usando imagens, cores e desenhos para ilustrar a produção. Neste momento seria conveniente utilizar uma música de fundo.
- ✓ É importante lançar algumas questões que podem estimular a reflexão com base no objetivo que se almeja. Se for utilizar o método para a integração do grupo, deverá ater-se a perguntas somente sobre a vida, a família e a comunidade. Para a identificação de conhecimentos educacionais e habilidades profissionais, as perguntas que nortearão a reflexão deverão ser sobre as experiências no mundo do trabalho e na escola. Desse modo, o método possibilita sua aplicação em distintos momentos e diferentes objetivos. Algumas sugestões de reflexões são:
 - a) Quais os principais fatos importantes de sua vida?
 - b) Quais as pessoas significativas?
 - c) Quais as rupturas e por que aconteceram?

- d) Destaque suas experiências na escola.
- e) Destaque suas experiências no mundo do trabalho.
- f) Qual é o seu sonho?
- g) Quais valores nortearão sua vida?

Em seguida, pedir que, em grupos de três a quatro, os participantes compartilhem suas histórias. Caso contrário, a partilha poderá ser apenas no plenário geral.

- ✓ Solicitar a cada participante que relate o seu mapa da vida.
- ✓ Pedir ao grupo que levante pontos comuns e distintos entre os diversos mapas apresentados.
- ✓ Cada mapa da vida produzido constituirá um documento da educanda.

Os profissionais da equipe multidisciplinar deverão analisar todos os itens do mapa da vida de cada mulher, estabelecendo estratégias apropriadas para orientação personalizada.

A construção do portfólio de aprendizagem prévia e a do itinerário formativo. Podem ser usados para:

- promover a interação e integração do grupo;
- identificar conhecimentos de saberes e habilidades prévias trazidas;
- gerar ideias (brainstorming ou tempestade cerebral, mais que uma técnica de dinâmica de grupo, é uma atividade desenvolvida para explorar a potencialidade criativa de um indivíduo ou de um grupo – criatividade em equipe);
- comunicar e transmitir ideias;
- apoiar o aprendizado, unindo o conhecimento anterior com o atual, evidenciando suas relações e contrastes;

- acessar o conhecimento ou diagnosticar o desconhecimento;
- facilitar o pensamento sistêmico.

Ademais, esse instrumento constitui importante estratégia para criar vínculos e, ao mesmo tempo, permitir a reflexão sobre de que maneira as histórias de cada uma são individuais e coletivas. Afinal, fazem parte de um contexto histórico e socioeconômico comum.

2.1.2 Portfólio

É um documento que congrega informações, descreve os conhecimentos, habilidades, competências (aprendizado), incluindo a documentação formal e informal. É desenvolvido para avaliar e certificar aprendizados prévios e poderão ser utilizados como crédito a um curso, programa, trabalho, carreira ou outro propósito. Poderá, ainda, ser apresentado a um empregador em potencial como subsídio para certo trabalho.

Passo a passo do Portfólio

O portfólio está constituído das seguintes partes:

- ✓ identificação e definição de aprendizagem prévia específica, incluindo declarações de competência em cada área do conhecimento e habilidade;
- ✓ uma narrativa explicitando como essa aprendizagem prévia se relaciona com os objetivos do aluno e os planos gerais de carreira e educacionais;
- ✓ documentação e provas de que o aluno adquiriu essas habilidades e conhecimentos;
- ✓ pedido de ação – crédito a ser dado, admissão em um curso programa a ser oferecido, trabalho a ser mudado.

A construção do portfólio deve ser baseada nos princípios de colaboração, cooperação e solidariedade e será um instrumento que permitirá a visão individual de cada aluna, pois ele descreve:

- quem você é;
- o que você faz;
- o que você aprendeu;
- quais são seus objetivos.

O portfólio é um processo e um produto, pois esse instrumento visa o atendimento, o acompanhamento e a avaliação dos conhecimentos e habilidades percebidos inclusive no processo, proporcionando a comprovação e a documentação do aprendizado reconhecido:

✓ *Processo*

- Descrever experiência de vida e trabalho;
- Identificar aprendizado obtido
- Recolher provas;
- Relacionar aprendizado e carreira;
- Expressar o aprendizado.

✓ *Produto* = Portfólio – documento que consolida a descrição das aprendizagens e documentação.

Para a construção do portfólio teremos as seguintes etapas:

2.1.2.1 Avaliação e autoavaliação

A concepção de avaliação escolhida é a da avaliação contínua, simétrica reflexiva e que, portanto, prioriza o processo de aprendizagem e valoriza as

competências construídas. A equipe multidisciplinar observa, analisa e registra os avanços e eventuais dificuldades, acompanhando assim a avaliação do progresso de cada aluna.

A autoavaliação é parte do processo de ensino-aprendizagem e será realizada com cada aluna pela equipe multidisciplinar, sob a ótica de uma prática reflexiva, contextualizada, afinada com a realidade e com o desenvolvimento sustentável. Entende-se que este processo construirá a autoestima das alunas, de modo a promover a confiança em si mesmas, aumentando as chances de melhor desempenho, tanto nos estudos como no trabalho.

Este processo deve ser cercado de comprovações verídicas, para que todos possam reconhecer sua eficiência. Os professores devem ser treinados na metodologia, mas, além disso, devem acreditar no processo.

Para tanto, devem ter:

✓ *Validade*

Ex.: Se o objetivo é dirigir um carro, a prova poderá ser uma redação de como dirigir? Não será validado este conhecimento.

✓ *Suficiência*

O excesso de evidências, às vezes, pode atrapalhar, sendo melhor o aluno cursar a disciplina do que evidenciar todas as comprovações exigidas.

✓ *Autenticidade*

Em caso de produtos como, por exemplo, a confecção de um vestido, o avaliador poderá questionar como o aluno o confeccionou.

✓ *Vigência*

Exemplo: uma professora de educação infantil que há 15 anos não atua na área. Este conhecimento está defasado.

Para estruturar a avaliação, é necessário ter certeza da aptidão do aluno e definir as formas de avaliação (teste, práticas, observações, simulações, autoavaliação no desempenho da ação, etc.). Essa avaliação deverá ser rigorosa. Para o aluno, há necessidade de ter clareza sobre o que será avaliado, e isso está relacionado aos objetivos educacionais e profissionais e em que base consistirá essa avaliação.

Deverão buscar-se formas flexíveis e justas de avaliação, com imparcialidade, com rigor, porém não nos mesmos níveis de um aluno tradicional. É importante considerar que existem métodos que provam o mesmo conhecimento de forma diferenciada. Para o aluno não tradicional essas formas deverão ser exploradas na sua totalidade.

2.1.2.2 Identificação de documentos

Para se constatar o acervo que essas mulheres reúnem, comprovando seu conhecimento prévio, reconhecendo este aprendizado, é necessário que elas apresentem documentos comprobatórios

de seu itinerário formativo até então. Assim, esses documentos possibilitarão identificar conhecimentos, que serão analisados e então comprovados. Desse modo será possível ajudar na identificação de lacunas de conhecimento, o que subsidiará a construção do currículo formativo a partir do Programa. Todos os documentos serão devidamente organizados e sistematizados no portfólio: o memorial descritivo de cada aluna.

Passo a passo da Identificação de Documentos

Todos os documentos listados a seguir constituirão o Portfólio.

- ✓ solicitar à aluna a apresentação de documentos pessoais de identificação (CI, CPF, etc.);
- ✓ solicitar os documentos de comprovação escolar, caso tenha frequentado uma escola. Se não dispuser de tais documentos, auxiliar na obtenção de 2ª via;
- ✓ solicitar comprovantes de cursos de qualificação;
- ✓ caso o aluno tenha experiência prática sem comprovante de curso, orientar para a obtenção de declarações de pessoas ou empregadores que atestem o conhecimento/prática;
- ✓ fornecer memorial descritivo de comprovação das habilidades reconhecidas durante o processo de certificação;
- ✓ anexar ao portfólio todos dos certificados/diplomas fornecidos durante o processo de formação.

2.1.2.3 Certificação de competências e reconhecimento de aprendizagem previamente adquirida

Conforme o artigo 41 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394/1996), “O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para pros-

seguimento ou conclusão de estudos”.

Dessa forma, os saberes adquiridos pelas trabalhadoras ao longo de suas vivências devem ser passíveis de reconhecimento e certificação por meio de instituições certificadoras de competências profissionais, dentre as quais os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei n. 11.892/2008, art. 2º, § 2º).

Este processo de aproveitamento dos saberes e competências propicia a superação da histórica sobreposição entre os saberes previamente adquiridos e os conteúdos oferecidos pela educação formal, contribuindo para a minimização do tempo dispensado para a certificação dos saberes e, por conseguinte, para melhor e mais sustentável inserção no mundo do trabalho.

Todos os documentos que comprovem algum tipo de aprendizagem serão analisados e ajuntados aos portfólios, compondo e construindo o itinerário formativo das mulheres. Os portfólios, como já dito, servirão também ao processo de certificação de competências e habilidades, pois representam *uma construção complexa e multifacetada que possui dimensões individuais, socioculturais e políticas* (MANFREDI, 2006, p. 30). Assim sendo, a equipe multidisciplinar deve atentar para o caráter nem sempre observável e classificatório do conjunto de saberes e competências, visto que a competência profissional se dá nos con-

textos de vida e de trabalho, ou seja, no cotidiano das pessoas.

Esses saberes e competências são construídos de modo não linear, de modo ativo, constantemente em construção, numa combinação de saberes estruturados com os que são oriundos da experiência de vida.

Isto posto e compreendido, propiciará a identificação de lacunas de conhecimentos para, a partir desse levantamento e reconhecimento, construir-se o currículo para cada nível escolar, da alfabetização ao Proeja Fundamental, podendo-se então desenhar o mapa de caracterização profissional e de objetivos de emprego e renda dessas mulheres.

A certificação de competências dar-se-á por meio da Rede Certific, com atribuições específicas, que poderá, dentro de curto prazo, certificar o que se reconhece como aprendizagem prévia das mulheres, considerando a construção de arcos e de famílias ocupacionais constantes no Catálogo Brasileiro de Ocupações (CBO).

2.1.2.4 O que é a Rede Certific

É uma Política Pública de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituída pela Portaria Interministerial n. 1.082, de 20 de novembro de 2009, voltada para o atendimento de trabalhadores, jovens e adultos que buscam o reconhecimento e a certificação de saberes adquiridos em processos formais e não

formais de ensino-aprendizagem e formação inicial e continuada a serem obtidos por meio de Programas Interinstitucionais de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (Programas Certific).

2.1.2.5 Objetivos do Programa

I – Criar, implementar, regular, avaliar e ofertar GRATUITAMENTE *programas interinstitucionais de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada* de trabalhadores, jovens e adultos e portadores de necessidades específicas, para fins de prosseguimentos de estudos e exercício profissional.

Certificação Profissional: reconhecimento formal de saberes requeridos para o exercício de atividades laborais obtidos a partir de experiência de vida e trabalho ou pela frequência em programas educacionais ou de qualificação social e profissional, sistematizados ou não.

A *Formação Inicial* caracteriza-se como sendo a que, do ponto de vista acadêmico, credencia o indivíduo a atuar em determinada área do conhecimento, e é adquirida com a conclusão do curso de nível básico, técnico, tecnológico, licenciatura ou bacharelado. Já a outra etapa de formação, denominada *Formação Continuada*, envolve todas as aprendizagens decorrentes da atualização permanente, das experiências profissionais vivenciadas associadas ou não aos cursos de atualização que ampliam a formação inicial.

II – Promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, enquanto conjunto harmônico de dimensões interdependentes e inovadoras com vista à constituição de uma rede comprometida com o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental.

III – Integrar a qualificação para o trabalho e a escolarização, por meio de estratégias que visem à inclusão e equidade social na concepção e construção dos Programas Certific.

IV – Promover a cooperação como expressão da efetiva interação entre instituições, objetivando viabilizar a implementação e sustentabilidade da Rede Certific.

3. Plano educacional

O plano educacional deve ser elaborado de acordo com a realidade de cada comunidade e do universo de mulheres. Uma vez feito o diagnóstico, deve-se prever a elevação de escolaridade e o resgate da autoestima, incluindo nesse processo de escolha as próprias mulheres integrantes do Programa.

O plano de formação deve organizar-se em módulos sequenciais, progressivos e flexíveis, estruturados de forma a abarcar vários níveis de conhecimento [...] incluindo-se aí os saberes mais abrangentes, novos conhecimentos e conceitos relevantes na atualidade que permitam visão ampla do processo pro-

ductivo e dos avanços e conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos que possibilitem a inserção/intervenção na sociedade contemporânea (MORAES; NETO, 2006, p. 34-35).

A qualificação e formação podem, assim, ser realizadas em módulos, respeitando-se os diferentes tempos e espaços. Uma educação que intencionalmente crie sintonias e articulações com as políticas públicas de aumento de escolaridade para jovens e adultos, para que os paradigmas de trabalho e de cidadania sirvam de referência para esse processo (MANFREDI, 2006, p. 33).

O Plano Educacional Central deverá ser fundamentado nos seguintes aspectos:

- Conceção e objetivos: Educação como direito. Emancipação.
- Disciplinas, temáticas e conteúdos: Contextualizados.
- Metodologia de ensino e aprendizagem: Reconhecer as mulheres como pessoas com vivências ricas de significados.
- Avaliação da aprendizagem: Contínua, permanente, formativa e qualitativa.

Para tanto, os principais sujeitos deverão ter os seguintes perfis:

- *O docente*: conhecer as estudantes (expectativas, cultura, necessidades de aprendizagens, problemas vivenciados), dominar cada vez melhor os

conteúdos (saber fazer transposição didática) e refletir sobre sua prática.

- *A aluna*: disposição para reconhecer e enfrentar, com o auxílio do docente e da equipe multidisciplinar, os desafios para alcançar os objetivos.

3.1 Identificações dos objetivos acadêmicos/escolares e de trabalho

Nesse sentido, é importante identificar os objetivos e as lacunas de conhecimento, quais sejam:

- *Escolaridade*: Alfabetização, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico.
- *Emprego*: Estão empregadas ou desempregadas? No mercado formal ou informal?
- *Renda*: Apresentam renda? Individual ou coletiva? Qual a origem? Qual o nível de satisfação?

Todas as informações diagnosticadas quanto aos objetivos apresentados e às lacunas de conhecimentos identificadas orientarão a construção do itinerário formativo a ser percorrido e o trabalho didático-pedagógico a ser desenvolvido. Esse resultado será descrito em relatório dos objetivos acadêmicos e profissionais.

Nesse relatório constará o levantamento dos objetivos de emprego e de renda elaborado com as mulheres do Programa através do portfólio, e considerando-se os arranjos produtivos e as demandas locais por profissionais nas diversas áreas do mundo do trabalho.

Ele deve ser elaborado pela equipe multidisciplinar, especialmente orientado ao mundo do trabalho. Assim sendo, é importante que as pessoas diretamente envolvidas na elaboração desse relatório sejam especialistas na área.

3.2 Construção do itinerário formativo para as mulheres

O itinerário formativo é o percurso educacional a ser percorrido em face dos objetivos apresentados e das lacunas de conhecimento identificadas. É a passagem do real ao ideal.

O itinerário deve ser construído coletivamente, envolvendo a equipe multidisciplinar e as estudantes, desde o princípio do curso. O aumento de escolaridade transcende a formação profissionalizante, completa e consolida a formação da cidadã.

Ao se elaborarem os módulos, portanto, deve-se ter essa clareza, pois o aprender para saber fazer deve estar associado ao saber ser, daí a importância também dos temas transversais presentes no Plano Educacional, perpassando todas as atividades dos módulos, permitindo assim a estruturação de um currículo integrado que prepare essas mulheres para um ingresso e permanência no mundo do trabalho de forma mais sustentável.

3.3 Módulo educacional central

O módulo educacional central é a espinha dorsal e, por analogia, sustenta os demais módulos. Sempre de forma integrada e transversal, não se adianta, não se atrasa em relação ao desenvolver do itinerário formativo, acompanha-o e fomenta-o. Todas as disciplinas do módulo central aplicam-se à realidade do cotidiano das alunas e oferecem aplicabilidade imediata em suas vidas, na labuta diária, em suas casas e no trabalho.

Independentemente da escolaridade, a participação das mulheres no módulo educacional central é indispensável e contemplará a oferta de cursos, oficinas, projetos integrados e práticas nas temáticas que embasam o Programa, a saber: Português e Matemática Aplicada; Informática Básica e Aplicada; idiomas Inglês e Espanhol; Artes; Esporte; Qualidade de Vida, Saúde e Meio Ambiente; Cidadania e Direitos das Mulheres; Empreendedorismo; Cooperativismo e Economia Solidária; Gestão Sustentável das Unidades de Produção e de Comercialização; Comportamento Sustentável e Relações Humanas; Incubação Tecnológica de Cooperativas Populares.

Considerando-se, porém, os diferentes estágios de aprendizagem e, neles, os diferentes grupos de mulheres que apresentam conhecimentos e habilidades compatíveis com um determinado currículo, define-se o nível/curso que poderão cursar. Promove-se, assim, a in-

serção delas em curso/programa existente na instituição ou em outras instituições parceiras. A certificação profissional dessas mulheres e o reconhecimento das competências adquiridas serão validados pela Rede Certific.

Ao diagnosticar e verificar as lacunas de conhecimentos em relação aos diferentes níveis ofertados pelo Instituto, um novo grupo de alunas será definido. Para esse grupo, os objetivos serão diferenciados, como, por exemplo, a necessidade de inserção em cursos de alfabetização ou grupos de 1º ciclo do ensino fundamental (equivalente ao período de 1ª a 4ª série) em programas permanentes de parceiros, para que elas tenham condições de completar um itinerário formativo significativo. Para elas, a efetivação de aproveitamento de estudo é ainda mais importante, considerando-se a elevação social que esse processo representa.

3.3.1 Cursos/Temáticas/Conteúdos

A partir da oferta da instituição, do diagnóstico das demandas e das possibilidades locais, define-se o tema e, a partir dele, os conteúdos, integrando assim as ofertas e demandas. Após a consulta às mulheres/alunas do Programa, a equipe multidisciplinar define os conteúdos mais importantes e sua aplicação.

A continuidade da formação educacional, profissional e cidadã das mulheres do Programa deverá ser garantida por meio da verticalização do ensino, ou seja,

ascensão aos cursos estruturados e já existentes (Proeja – Técnico, técnico-subsequente e, posteriormente, superior). Para viabilizar essa verticalização, garantindo a realização dos cursos com qualidade, devem ser desenvolvidas ações pedagógicas, tais como: reforço escolar, preparatórios específicos, orientação educacional e assessoramento para ingresso e permanência no mundo do trabalho.

3.3.2 Cursos possíveis

3.3.2.1 Fundamental: alfabetização e ensino fundamental

A elaboração do currículo, para atender, além da elevação da escolaridade, à formação profissional, deve integrar o conteúdo curricular central às necessidades de qualificação e geração de renda, respeitando e considerando o conhecimento previamente adquirido pelas alunas.

É objetivo do Programa Mulheres Mil levar as mulheres a alcançar pelo menos o Proeja Fundamental; no entanto, a elevação de escolaridade é considerada prioridade e será fomentada, preparando as alunas do Programa a seguir seus estudos, sejam eles técnicos ou tecnológicos.

Especialmente neste momento de *ressignificação* do ensino agrícola nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, há uma demanda premente por atendimento e oferta de formação

emancipatória e geradora de autonomia, que atenda às características e especificidades locais e regionais, que ofereça subsídios suficientes para que o pensar e o agir favoreçam as tomadas de decisão com maior probabilidade de sucesso.

Considerando esta experiência, entende-se que tanto a educação profissional urbana como a agrícola devem assim contemplar a conexão da teoria com a prática, dando ênfase ao saber fazer, reconhecendo assim o conhecimento prévio de trabalhadores e trabalhadoras, de modo a promover uma formação socialmente valorizada.

Assim, os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) serão ofertados em atendimento à demanda urbana e rural, com suas respectivas especificidades, com o objetivo de melhorar as condições de trabalho e qualidade de vida no local onde a população-alvo se encontra.

Os cursos FIC são preparados após o levantamento diagnóstico, observando-se as curvas e famílias ocupacionais, as ofertas das instituições, procurando sempre propiciar o acesso às tecnologias geradas e desenvolvidas naquela instituição à população feminina em foco. Devem seguir a regulamentação, observando-se o mínimo de 160 horas cada.

a) *Alfabetização* – por meio de parcerias com as Secretarias Municipais de Educação e os programas de alfabeti-

zação disponíveis, tais como Brasil Alfabetizado e outros, poderão ser estruturados cursos de qualificação, integrando-os à carga horária do módulo educacional central, ou por meio da modalidade de Proeja Fundamental, considerando a realidade de turmas multisseriadas, que poderão solicitar este processo de alfabetização associado à profissionalização.

b) *Ensino fundamental* – mediante parcerias com as Secretarias Municipais e/ou Estaduais de Educação, poderão ser estruturados cursos nesse nível, promovendo desta forma o aumento da escolaridade almejado. No caso de mulheres que já trazem completa a escolaridade fundamental ou de nível médio, deve-se encaminhá-las às modalidades de Proeja Técnico ou Técnico Subsequente, contribuindo assim para que as mulheres que se encontram afastadas do ambiente de ensino sejam reintegradas ao processo de ensino/aprendizagem.

3.3.2.2 Proeja Fundamental

Considerando-se a realidade do público do programa, a situação das mulheres pertencentes às classes menos favorecidas e com histórico de descontinuidade educacional em nível fundamental que necessitam contribuir com a garantia de subsistência para sua família, pode-se compreender o motivo pelo qual elas não consideram o retorno ao ensino formal como alternativa de rápida elevação da renda familiar. Essa questão con-

tribui para que o ensino fundamental na modalidade EJA não tenha tanto significado quanto poderia ter para seus grupos destinatários, pois a conclusão do curso muitas vezes não alcança o objetivo de produzir melhorias tangíveis nas condições de vida desses sujeitos (BRASIL, 2009, p.18-19).

Dessa forma, a modalidade de Proeja Fundamental ajusta-se aos propósitos do Programa Mulheres Mil, pois integra a formação inicial e continuada ao ensino fundamental, garantindo a oportunidade de qualificação profissional sem comprometer as possibilidades de elevação de escolaridade nos níveis subsequentes (médio e superior).

3.3.2.3 Proeja Técnico – Médio Integrado

Ao concluírem a escolaridade em nível fundamental, as mulheres podem ingressar nos cursos regularmente oferecidos nos Institutos Federais e/ou outras instituições de ensino nas modalidades de Proeja Técnico – Médio Integrado, com o objetivo de garantir ascensão educacional e social.

3.3.2.4 Cursos de aperfeiçoamento, especialização e atualização

Para a continuidade do itinerário formativo das estudantes, as instituições devem organizar cursos de aperfeiçoamento, especialização e atualização, conforme a demanda identificada pela instituição ou trazida pelas mulheres.

Além disso, as instituições devem garantir o aperfeiçoamento de seus servidores, funcionários e colaboradores nas áreas de Educação Inclusiva e de Jovens e Adultos, nas modalidades de Formação Continuada, Especialização, Mestrado e Doutorado, como meio de proporcionar a esse público uma educação de qualidade, concatenada com as demandas socioeducacionais e do mundo do trabalho vigentes. Os resultados a serem alcançados deverão contribuir de forma espiral para a melhoria da realidade socioeconômica e ambiental em nível local com proporções globais.

3.3.3 Construção da rede de parceiros na viabilização da oferta educacional e na trajetória do itinerário formativo: compatibilização da oferta à demanda

A trajetória de continuidade ou descontinuidade de um itinerário formativo depende da existência da oferta de cursos, da difusão da informação sobre a existência desses cursos entre os membros da comunidade e da forma de ingresso neles. Daí o cuidado com todo o processo de acesso e de entrada, mas também com o processo de permanência, de modo que possa oportunizar novos itinerários formativos a essas mulheres. A construção de uma rede educacional local deverá ser instrumento viabilizador da construção do itinerário formativo, de modo que, quando a instituição se encontrar diante de uma demanda à qual

ela não consiga responder, ela possa realizar o devido encaminhamento a outras instituições. Nesse sentido, as instituições educacionais devem empreender o esforço de articulação para construção de redes educacionais que permitam o diálogo entre elas, como forma de evitar ofertas sobrepostas e de viabilizar os encaminhamentos de alunos conforme suas necessidades e interesses.

Passo a passo	
Possibilidade de parcerias para oferta de formação profissional com elevação de escolaridade	
Fundamental	<ul style="list-style-type: none"> - Alfabetização: Brasil Alfabetizado Governo Federal - Ensino Fundamental: Secretarias Municipais e Estaduais de Educação
Formação Profissional e Tecnológica Inicial e Continuada Projeja Fundamental	<ul style="list-style-type: none"> - Secretarias Municipais e Estaduais de Educação - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Redes estaduais de educação profissional - Sistema S: Sebrae, Senai, etc. - Organizações empresariais.
Formação Profissional e Tecnológica Técnico de Nível Médio Integrado Projeja	No decorrer do desenvolvimento do Programa, as instituições devem implantar cursos técnicos específicos nas várias áreas do Programa, para possibilitar às mulheres a continuidade de sua formação.

Alguns dos passos para o estabelecimento de uma rede educacional são: identificação das instituições de ensino, suas possíveis interfaces, conhecimento sobre as ofertas e modalidades de cursos oferecidos, entre outros. Com o objetivo de estabelecer os papéis a serem assumidos por elas na formação dessas

parcerias ou cooperações técnicas, há que se promover um diálogo interinstitucional constante, no sentido de viabilizar o acesso das mulheres a um ou outro nível de ensino. Além disso, o uso de tecnologias pode auxiliar na construção de uma rede integrada que permita às instituições desenvolver um cadastro único (histórico escolar), de modo a conhecer e garantir a certificação e a verticalização do ensino, promovendo a desburocratização no sistema educacional.

Para que todo esse processo formativo se realize em sua plenitude e contemple essas diferenças e espaços educacionais, parcerias com os sistemas educacionais públicos municipais, estaduais ou mesmo federais podem ser firmadas. No itinerário formativo também deve estar prevista a estruturação de alternativas como forma de contemplar os arranjos produtivos locais e as organizações econômicas solidárias. A meta é que essa formação contribua para a inserção e permanência das mulheres no mundo do trabalho com êxito e, conseqüentemente, que essas mulheres possam desenvolver sua autonomia e, assim, exercer de forma plena sua cidadania.

Caso a instituição responsável pela oferta não tenha docentes especializados para as disciplinas específicas da formação escolhida pelas mulheres, podem ser feitas parcerias com sistemas de ensino profissionalizante (Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia,

redes estaduais de educação profissional, Sebrae, Senai, Senac, Senar, etc.), redes de educação básica, organizações empresariais, etc.

MÓDULO PERMANÊNCIA E ÊXITO

1. Conceituação

Consiste em um conjunto de ações multidisciplinares direcionadas ao atendimento das educandas, pautado em um processo sistêmico, estratégico e planejado, capaz de favorecer o desenvolvimento integral das educandas, de seus familiares e da comunidade em que vivem.

O Módulo de Permanência e Êxito faz parte de uma cultura inclusiva que promove a criação de uma comunidade escolar segura, acolhedora, colaborativa e estimulante, com ênfase na valorização do sujeito.

Nesta perspectiva é importante a implementação de todas as formas de apoio, em uma rede de atividades de suporte que melhorem e ampliem a capacidade da instituição em responder adequadamente à diversidade desse grupo de educandas e de suas demandas sociais e evitar a evasão. Além disso, deverá ser estruturado e implementado um conjunto de ações visando a inserção da população feminina no mundo do trabalho de forma sustentável. Em função disso, deve haver uma interconexão entre o Plano Educacional e os serviços de Acesso e Permanência no mundo do trabalho desde o início do Programa, prevendo-se as ações mais adequadas a seu devido tempo.

2. Objetivos

Os principais objetivos do Módulo de Permanência e Êxito são:

- facilitar a permanência da população-alvo, minimizando as possibilidades de baixo rendimento e/ou desistência;
- propiciar um ambiente amigável e acolhedor que aumente as chances de desempenho e de êxito das alunas;
- dar suporte, em forma de serviços e espaços, às mulheres alunas do Programa para que elas resgatem sua segurança e sintam confiança na equipe multidisciplinar e na instituição;
- promover o aconselhamento das educandas, por meio de serviços de assistência e apoio;
- orientar as alunas para superação das dificuldades inerentes ao processo de inclusão e permanência na instituição e no mundo do trabalho;
- cuidar para que o ambiente e as pessoas acolham e respeitem as mulheres do Programa, aumentando assim sua autoestima;
- capacitar as educandas para a compreensão e o exercício da economia solidária, do empreendedorismo, do cooperativismo e do associativismo como oportunidades de geração de renda e de melhor desempenho no mundo produtivo;

- qualificar as educandas quanto à postura profissional requerida no mundo do trabalho;
- viabilizar e firmar parcerias com instituições públicas e privadas para possibilitar a inserção das egressas no mundo de trabalho;
- acompanhar e monitorar as educandas nos estágios e no desempenho profissional, de modo a agir sempre que necessário para preservar e melhorar sua posição no mundo do trabalho.

3. Serviços de Assistência e Apoio à Educanda

A Assistência Social constitui uma estratégia para minimizar as situações de desigualdades sociais, na medida em que seja incorporada à nova concepção de assistência como direito exigível, vocacionada para o atendimento das necessidades sociais e para o enfrentamento das diversidades.

Passo a passo dos Serviços de Assistência e Apoio à Educanda

- ✓ **Psicologia e Assistência Social**
 - Recomenda-se o envolvimento desses profissionais durante todo o período de permanência da educanda no Programa.
 - Programar atendimentos individuais.
 - Orientações, articulação e encaminhamento para os órgãos públicos e/ou parceiros em caso específicos.
- ✓ **Assistência Médico-Odontológica**
 - Sensibilizar a equipe/instituição para prestação dos serviços.

- Planejar atendimento das alunas/agendar.
- Encaminhar exames e atendimentos ao posto de saúde da instituição e/ou órgãos públicos e/ou parceiros.
- ✓ **Transporte e Alimentação** – Disponibilizar esses serviços da instituição e/ou parceiros ou conceder bolsas para essa finalidade.
- ✓ **Creche** – Disponibilizar espaço da instituição ou fazer parcerias para atendimento.
- ✓ **Material didático e uniforme** – Disponibilizar uniformes da própria instituição e fornecer materiais.

A escola, como um dos principais equipamentos sociais, tem sido desafiada cotidianamente a articular o conhecimento que é trabalhado no contexto escolar com a realidade social dos alunos, ou seja, seus problemas e suas necessidades sociais. Neste sentido, torna-se essencial e fundamental o oferecimento de serviços sociais para as educandas para conhecer sua realidade, encurtando a distância que as separa do universo social educacional e de melhores possibilidades de inserção no mundo de trabalho.

Desta maneira, a inserção do serviço social na escola deve contribuir para ações que tornem a educação uma prática de inclusão social, de formação da cidadania e emancipação dos sujeitos sociais. Ambos, tanto a escola como o serviço social, trabalham diretamente com a educação, com a consciência, com a oportunidade de possibilitar às pessoas que se tornem sujeitos de sua própria história.

Para a implementação dos serviços sociais devem ser disponibilizados espaços equipados adequadamente para atendimento articulado e integrado dos serviços psicológico, pedagógico e de assistência social necessários ao desenvolvimento integral exitoso das educandas.

3.1 Psicologia e Assistência Social

A equipe multidisciplinar constituída para o Programa contempla profissionais que atuarão no serviço de aconselhamento e encaminhamentos / procedimentos terapêuticos para minimizar problemas ou dificuldades advindas das experiências de vida das alunas. Seria oportuno estabelecer parcerias com redes de serviços sociais federais, estaduais e municipais para atendimento de casos mais específicos e/ou mais graves, por exemplo, a questão da violência doméstica. As delegacias específicas para as mulheres podem e devem ser parceiras do programa, sempre se tomando o devido cuidado para não expor os problemas das alunas diante de sua turma ou de sua comunidade.

3.2 Assistência Médico-Odontológica

Para a implementação dos serviços, serão disponibilizados espaços equipados adequadamente para atendimento articulado e integrado dos serviços médico e odontológico necessários ao desenvolvimento integral exitoso das

educandas. Para tanto, toda a infraestrutura da instituição será disponibilizada para atender às educandas. A equipe multidisciplinar fará os encaminhamentos integrando os serviços oferecidos e acompanhará o resultado do atendimento. Desta forma, deve ser feito o registro do atendimento na ficha acadêmica, para efeito de monitoramento e verificação da superação da dificuldade. É importante destacar que, muitas vezes, essas alunas demandam esses serviços de maneira mais intensa e específica, sendo, portanto, fundamental que os profissionais estejam preparados para esse atendimento.

3.3 Bolsas de Transporte e Alimentação

É importante que o Programa ofereça às educandas formas diversificadas de mobilidade e de permanência, tais como programas de auxílio a estudante, que inclui o transporte escolar e/ou vale-transporte; vale alimentação ou uso do refeitório no âmbito institucional. O transporte é oferecido por meio de vale-transporte ou transporte escolar, enquanto o refeitório da instituição é aberto às alunas do Programa de acordo com sua necessidade, adaptando-se o tipo de refeição ao horário das aulas do Programa. É vital que as alunas recebam pelo menos uma refeição, o que complementará sua dieta alimentar, aumentará a segurança alimentar e promoverá

a melhoria da saúde das alunas, preparando-as para melhor aproveitar a oportunidade de aprendizagem.

4. Aulas na comunidade

A opção pela ida diária à instituição muitas vezes tem de ser substituída pela oferta das aulas na própria comunidade, por quaisquer impossibilidades das alunas de comparecerem diariamente no espaço físico da instituição.

Nesses casos, a instituição deve-se preparar para essa oferta diferenciada, dando condições adequadas à equipe multidisciplinar para oferta dos serviços e da assistência às alunas.

Também deve-se buscar parcerias com escolas ou associações de moradores para que se consiga um espaço adequado para a instalação de uma estrutura de sala de aula, ainda que muitas vezes essa estrutura seja provisória.

5. Assistência Estudantil

No que se refere à assistência estudantil, é imprescindível que as alunas recebam auxílio para que permaneçam no Programa, já que a grande maioria não possui uma renda mínima para sua manutenção e de sua família. Além disso, a assistência estudantil lhe garante um suporte financeiro para sua formação acadêmica.

Reitera-se, ainda, a necessidade de cadastro do Programa e de seus cursos no Sistema Nacional de Informações

da Educação Profissional e Tecnológica.

- Sistec, o que viabilizará a oferta de assistência estudantil no âmbito do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (Proeja). Esta população torna-se, assim, aluna regular da instituição, com acesso a todos os serviços que cada instituição oferece.

5.1 Creche

Outra questão igualmente importante refere-se à assistência às crianças no período no qual a educanda está em sala de aula. A instituição deverá oferecer os serviços de creche da instituição aos filhos das educandas e, em casos de ausência dessa infraestrutura na instituição, deverá buscar outros auxílios para assegurar esse benefício a elas.

É imprescindível dialogar com instituições públicas e privadas com o objetivo de estabelecer parcerias para a oferta de serviços de creche aos filhos das educandas, de modo que eles tenham a oportunidade de receber orientações educacionais, além de estar em ambiente seguro, permitindo que as mães se dediquem aos estudos.

É importante ressaltar que os maiores índices de evasão entre esse público está diretamente relacionado à falta de alternativas para assistência às crianças.

5.2 Material didático e uniforme

Outros serviços são também fundamentais ao êxito do Programa, como a oferta de material didático para as aulas do Módulo Educacional Central e para os cursos profissionalizantes, e a disponibilização do uniforme. A ausência de oferta de material escolar pode contribuir para a evasão das educandas e, consequentemente, para o fracasso do Programa. Assim, é primordial que a instituição disponibilize o respectivo material, além do apoio e da assistência, do modo mais completo possível.

O uniforme representa um importante instrumento de aumento da auto estima, fazendo com que as educandas se sintam realmente parte do ambiente, alunas regulares daquela instituição.

6. Apoio à aprendizagem e pesquisa

Aprender é incorporar um novo comportamento, entendendo comportamento como ato humano, com sentido, uma forma de comunicar e expressar desejos humanos. Nesse sentido é necessário entender as aprendizagens incorporadas em cada um dos comportamentos. (NORONHA; 1985).

Passo a passo do Apoio à Aprendizagem e à Pesquisa

- ✓ Sensibilizar a equipe interna/instituição para disponibilizar os espaços para uso das educandas, sem distinção (biblioteca, laboratórios, etc.).
- ✓ Sensibilizar as educandas para uso dos espaços disponibilizados, sem distinção.

- ✓ Planejar atividades que estimulem o despertar científico aplicado durante todo o período de permanência da educanda no Programa.
- ✓ Promover a participação em atividades culturais e desportivas da instituição.
- ✓ Propiciar serviços de orientações e reforço escolar.
- ✓ Sensibilizar outros estudantes para o desenvolvimento de trabalhos conjuntos com as alunas do Programa.

A aprendizagem não se limita apenas ao processo de ensino e aprendizagem desenvolvidos em sala de aula. Demanda a criação e disponibilização articulada e integrada de outros espaços: sala de leitura, estudo e orientação individual e coletiva, biblioteca e laboratórios de informática, de química, de solo, para citar alguns dos vários tipos de laboratório presentes nas instituições educacionais, especialmente nas instituições de educação tecnológica e profissional.

Outros ambientes de aprendizagem e formação cidadã estão relacionados às atividades culturais e desportivas, e seria salutar o engajamento das educandas em ações dessa natureza.

Um Programa de Reforço e Nivelamento é um dos instrumentos mais efetivos no processo de permanência, uma vez que anima, motiva e ajuda as alunas a superarem as eventuais dificuldades, minimizando o perigo de desistência.

Esse Programa deve ser elaborado pela equipe multidisciplinar logo após o período inicial de acesso, quando

já se tem em mãos o diagnóstico da comunidade feminina em foco. Assim, a equipe multidisciplinar poderá traçar o plano com melhor visibilidade do contexto educacional já vivido e, principalmente, da situação socioeconômica da população-alvo.

7. Aconselhamento, assistência e orientação ao emprego

Compreende-se, aqui, *emprego* como uma relação de natureza contratual, gerada pelo contrato de trabalho, em que é evidente a pessoalidade, visto que o(a) empregado(a) tem o dever jurídico de prestar os serviços, bem como o fato de que o serviço, que é remunerado, se faz necessário à atividade normal do empregador.

É essencial um trabalho integrado e articulado da equipe multidisciplinar na instituição com os parceiros, a fim de criar condições para que as educandas sejam incluídas e acolhidas no mundo do trabalho e estejam devidamente habilitadas para tanto.

Este trabalho inicia-se no período de acesso, quando as mulheres estão apresentando sua realidade através dos documentos e questionários aplicados. Em seguida, as alunas passam por um diagnóstico da sua situação socioeconômica e educacional, e são incluídas no processo de qualificação profissional do Programa. Quanto aos aspectos pedagógicos, é imprescindível a inserção, na estrutura curricular, de conteúdos que

abordem as técnicas da área de qualificação e também métodos e técnicas voltados para a elaboração de estratégias de *marketing* pessoal e empresarial, bem como noções sobre o comportamento adequado e a boa imagem pessoal.

A equipe multidisciplinar, por meio das suas interconexões institucionais, encaminhará e acompanhará as educandas ao estágio, utilizando a estrutura institucional, bem como promoverá visitas técnicas e participação das educandas em seminários locais, de modo a prepará-las para a melhor compreensão de toda a estrutura e das especificidades do mundo do trabalho.

As atividades de assistência envolvem, ainda, a promoção de palestras, eventos, *workshops* e atividades afins, tendo como público-alvo empregadores potenciais. Também serão realizadas orientações quanto aos procedimentos de empregabilidade. Essa deve ser mais uma meta e um esforço conjunto da equipe multidisciplinar e dos diversos setores da instituição, principalmente do setor responsável pela integração emprego e escola.

Além disso, devem-se possibilitar a atualização e formação continuada das educandas no processo de emprego, por meio da oferta de atividades específicas, conforme a necessidade das educandas e o tipo de emprego para o qual elas estejam sendo direcionadas.

8. Empreendedorismo, cooperativismo popular e ações solidárias

Ainda incipiente no Brasil, o empreendedorismo social surge como uma força das bases no sentido de organizar-se e buscar soluções que beneficiem toda a comunidade. Em síntese, representa o movimento de empoderamento das comunidades, tornando-se uma realidade.

Passo a passo do Empreendimento Solidário

- ✓ Realizar um estudo da cadeia produtiva.
- ✓ Definir os objetivos do empreendimento solidário.
- ✓ Escolher coletivamente uma comissão para tratar das providências necessárias à criação do empreendimento solidário, com indicação de uma coordenadora dos trabalhos.
- ✓ Analisar a adequabilidade do empreendimento solidário e, para tanto, realizar estudo técnico de viabilidade econômica e social.
- ✓ Realizar reuniões com todos os interessados em participar do empreendimento solidário, a fim de verificar as condições mínimas necessárias para que ele seja viável.
- ✓ Desenvolver o plano de negócios.
- ✓ A comissão deverá preparar a constituição da cooperativa ou empreendimento solidário, elaborando ou examinando a proposta de estatuto e determinando outras providências, de modo a criar de fato e de direito o empreendimento (denominação, sede, foro, área de ação, prazo e ano social).
- ✓ Realizar formações sobre os processos gerenciais administrativos e financeiros.
- ✓ Realizar formações sobre *design*, comercialização de novos produtos ou prestação de serviços e *marketing*.
- ✓ Buscar parcerias com organizações e/ou especialistas para obtenção de assessoria técnica em economia solidária.

A Economia Solidária traz em suas raízes os valores da construção

coletiva, do diálogo, da ética do cuidado, da solidariedade e da cooperação.

Assim, este conceito se aplica aos objetivos do Programa Mulheres Mil de forma integrante e inovadora, permitindo que se construa com as alunas um acesso e um modelo de permanência no mundo do trabalho mais sustentável do que o que se tem praticado: uma inserção no mundo do trabalho inclui o diálogo com as cooperativas populares, os bancos de desenvolvimento comunitário e as organizações híbridas, juntando elementos sem fins lucrativos com elementos com fins de lucro, tais como pequenos negócios desenvolvidos para criar trabalho e renda nas comunidades desfavorecidas.

Essa nova tecnologia social auxilia na expansão e melhor compreensão das ações dos indivíduos integrantes de cooperativas populares e de formas novas de geração de renda em grupo.

Uma das formas de implementação dessas ações é por meio do estabelecimento de incubadoras solidárias. As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) fortalecem os empreendimentos solidários com as tecnologias específicas, promovem a capacitação das comunidades envolvidas, oferecem preparo para a construção de um plano de negócios e, assim, promovem o empoderamento das comunidades.

Para tanto é importante contemplar ações de formação identificadas no diagnóstico das lacunas de conhecimento e habilidades e na área técnica de interesse da aluna, além de alguns elementos como: empreendedorismo, cooperativismo, ação solidária, incubação tecnológica, etc. As informações do diagnóstico de demandas dos arranjos, vocações e potencialidades nos campos produtivos, sociais e culturais, igualmente, irão embasar as decisões da equipe multidisciplinar no atendimento das necessidades no mundo do trabalho.

9. Incubação tecnológica

Oferecer suporte técnico aos empreendimentos populares a partir de um processo de incubação, a fim de promover seu desenvolvimento em níveis humano, social e gerencial.

Ações:

- Sensibilização ao cooperativismo: público interno e externo.
- Desenvolvimento da metodologia de incubação: ITCPs.
- Qualificação interna para gestão do empreendimento solidário.
- Difusão do conhecimento sobre economia solidária e cooperativismo.
- Desenvolvimento do plano de negócios – estudo da cadeia produtiva.
- Orientação para legalização.
- Organização de um banco de informações.

- Desenvolvimento dos canais de distribuição da produção.
- Desenvolvimento do grupo geração de renda e aumento de escolaridade.
- Oportunizar e fomentar o aumento de escolaridade por meio de entrada nos programas Proeja, em parceria com instituições que tenham uma oferta para tal.

10. Unidades de produção

A instituição deverá definir estratégias e buscar os meios necessários para viabilizar espaços e estruturas das unidades de produção, inclusive com o envolvimento de parcerias locais interligadas com todo o sistema educativo da instituição, para que as educandas possam executar e produzir conforme as especificidades do curso em que estão inseridas. Poderão ser construídas, nas instituições, plantas pilotos e/ou ser viabilizado o uso de espaços de terceiros ou de parceiros. No caso de impossibilidade de se ter um espaço físico destinado a funcionar como unidade de produção, serão envidados esforços para a criação de espaços alternativos, que, adaptados, atenderão às necessidades da formação. No caso de serem utilizados locais cedidos por parceiros, a instituição será responsável por firmar acordos de cooperação técnica, dando amparo jurídico para a realização das parcerias, definindo as atribuições de cada membro do acordo.

Uma preocupação recorrente para a qualificação das educandas será a captação de recursos e o gerenciamento financeiro, material e humano, orientando quanto à necessidade do estabelecimento de normas e procedimentos de uso das unidades de produção, sua manutenção preventiva e corretiva, além da expansão e desenvolvimento do patrimônio inicial, do empreendimento.

11. Centro de negócios e comercialização

Não basta apenas ofertar a formação profissional e o desenvolvimento do empreendimento solidário, mas há necessidade de apoiar e dar suporte técnico às educandas para estabelecer a conexão com os processos de comercialização e *marketing*.

A instituição produzirá um catálogo com registro de oportunidades para o negócio e para a comercialização dos serviços/produtos das educandas, conforme as especificidades dos cursos. Por exemplo, em se tratando de um curso voltado para a área de alimentos, será feito um catálogo com eventos, feiras, exposições, entre outros, organizados tanto pela instituição como por parceiros e outros atores da sociedade civil.

Não obstante, profissionais darão assistência no sentido de desenvolver as estratégias mercadológicas, o *marketing*, a comercialização, o *designer* de produtos e a divulgação.

12. Observatório

O programa prevê o acompanhamento contínuo das egressas pelas instituições de educação profissional, contribuindo para a compreensão da trajetória das egressas no mundo do trabalho.

O objetivo é produzir, analisar e difundir informações sobre as dinâmicas do mundo do trabalho, o desempenho das egressas e a compatibilidade com a oferta dos profissionais qualificados, e assim fomentar readequações no projeto político pedagógico, na gestão sustentável, na assessoria às educandas e egressas na sua vida profissional.

O Observatório Mulheres Mil deve atuar nos seguintes universos e dinâmicas de estudos e pesquisas:

- O mundo do Trabalho
- Mercado de trabalho adequado às educandas.
- Empreendedorismo – Oportunidades e potencialidades.
 - Como microempreendedor individual;
 - em ações solidárias;
 - como constituidores ou integrantes e cooperativas populares;
 - na constituição de empresas;
 - integrando incubadoras de empreendimentos;
 - Integrando empresa júnior.

- Arranjos, vocações e potencialidades produtivas, sociais e culturais do território e comunidades.
- Políticas públicas no âmbito municipal, estadual e federal que potencializem o atingimento dos objetivos e dos resultados e impactos esperados pelo Programa.
- Programas e projetos governamentais – municipais, estaduais e federal – relacionados ao Programa.
- Resultados e impactos no território, comunidade e famílias da ação do Programa.
- Alunadas e egressas – caracterização, trajetória e contribuições para as atividades institucionais e do Programa.

Plano de Comunicação

1. Contextualização

A comunicação de instituições/organizações públicas é um bem público que deve estar ao alcance de todos os cidadãos e deve estar comprometida com a democracia e a construção da cidadania. Ela tem o papel estratégico de disseminar informações que contribuam para o acesso às políticas públicas e ao exercício pleno da cidadania.

Portanto, deve prestar um serviço de utilidade pública para a sociedade. A transparência e a veracidade dos fatos são pilares fundamentais para promover um diálogo entre sociedade e governos.

Passo a passo da Comunicação

No plano de Comunicação devem estar previstas ações internas, para os servidores/funcionários da instituição, e externas, para parceiros e sociedade. Devem-se utilizar os diversos meios e materiais para divulgação do Programa. Seguem sugestões de ações:

a) Materiais gráficos

Produzir material institucional impresso (fôlder, cartaz ou panfleto).

b) Informações

Fazer matérias sobre visitas às comunidades, aula inaugural e de cada módulo, visitas técnicas, exposições, feiras, congressos, estágios, etc. Produzir entrevistas com as alunas e com servidores/trabalhadores das instituições executoras e parceiros.

c) Assessoria de imprensa

Divulgar o programa nos veículos locais. Deve-se usar o princípio da veracidade e ética, não maximizar as ações para não colocar em risco a credibilidade do programa.

d) Eventos

Integrar as alunas no calendário de eventos da instituição, de ações afirmativas e de gênero, como, por exemplo, Dia Internacional da Mulher, Dia da Consciência Negra, entre outros.

e) Registros fotográficos, áudio e de audiovisual

Produzir fotografias com resolução para impressão, com 300dpi de qualidade. Produzir pequenos documentários com as alunas e depoimentos em áudio.

g) Integrar as mulheres no processo comunicativo

Desenvolver oficinas de comunicação com as alunas, com o objetivo de contribuir com a integração das mulheres. Essa ação pode ser implementada por meio de parcerias entre as TVs e rádios das comunidades, pontos de culturas e outras associações existentes nos estados.

h) Redes sociais

Criar comunidades no twitter, blogs, facebook e youtube, facilitando assim a interface com a sociedade em geral.

i) Parcerias

Integrar membros assessoria de comunicação de entidades parcerias. Buscar parceria com os cursos de comunicação das universidades do estado, a fim de desenvolver ações de comunicação, que possam contribuir para a produção de informação, tais como projetos de rádio, produção de documentários, produção de jornais; ensaio fotográfico.

No contexto do Mulheres Mil, a comunicação tem papel estratégico para a implantação e disseminação da metodologia do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito nas instituições integrantes do Programa. Além disso, exerce papel-chave para a divulgação e a troca das experiências entre os diversos atores, a sensibilização de parceiros, o protagonismo das alunas, a construção do acervo do programa, a produção científica e a memória.

Para isso, um plano de comunicação deve ser elaborado a fim de possibilitar a memória e a visibilidade do conjunto de ações desenvolvidas no âmbito do Programa, tanto para as instituições envolvidas na realização, como para a sociedade em geral. O plano deve, portanto, promover a disseminação e o compartilhamento das experiências, ampliando assim a multiplicação e a abrangência das beneficiadas, bem como a transparência das ações e dos resultados, propiciando um controle social eficiente e eficaz.

A construção das estratégias/ações de comunicação deve ser discutida com a equipe multidisciplinar, de acordo com os equipamentos existentes e os diversos meios de comunicação utilizados pela instituição para divulgar as ações. A produção de informações deve ser sistemática, fazendo o acompanhamento de todas as etapas, desde a seleção da comunidade até a inserção

das egressas no mundo do trabalho, para possibilitar a divulgação e a construção da memória.

No que diz respeito às alunas, a comunicação deve contribuir no resgate da autoestima e no processo de autorreconhecimento de saberes. Para isso, é importante planejar estratégias em que as mulheres possam participar ativamente, ter voz no processo de comunicação, sendo retratadas como cidadãs que têm potencial para superar as dificuldades. Deve-se, portanto, abolir o estigma de marginalização e fazer uso de uma linguagem que as coloque como protagonistas de suas histórias, reconhecendo as aprendizagens que acumularam na sua trajetória de vida.

Os demais atores do processo – professores, servidores, parceiros, alunos – também devem ser valorizados e ter espaço para divulgar o trabalho.

A equipe deve, portanto, registrar as ações desenvolvidas, divulgando-as no *site* da instituição e no Portal Mulheres Mil, construindo um acervo que acompanhe o processo de efetivação da ação e suas experiências. Este acervo subsidiará a criação e a implementação de novos cursos, sempre que demandados, o melhoramento da oferta educacional e do processo ensino-aprendizagem, a memória e a divulgação dos impactos do Programa.

Além disso, a comunicação pode ter um papel preponderante na prospecção de novos parceiros, sendo, assim, fundamental a construção coletiva das estratégias de divulgação e contato com outras instituições.

2. Objetivos

- Divulgar as políticas e serviços públicos para a população.
- Interligar, criar pontes entre os diversos atores que atuam no projeto.
- Promover a troca de informações entre os diversos projetos.
- Acompanhar o desenvolvimento das ações.
- Dar visibilidade às ações para contribuir/estimular a participação de parceiros e voluntários.
- Dar “voz” às beneficiadas, contribuindo para que entendam a própria história e a trajetória.
- Construir a memória e o acervo do Programa.
- Contribuir para a mudança de paradigma.
- Valorizar os atores.
- Proporcionar a troca de ideias.
- Contribuir no processo ensino/aprendizagem.
- Fomentar e ampliar a rede de comunicadores.

- Garantir veracidade, transparência e respeito.

3. Construção de Acervo

Para a plena efetivação do Programa, inclusive para o preparo da equipe multidisciplinar, torna-se necessária a organização do material didático e promocional que reflita as características e particularidades do Programa, da Instituição e dos interesses específicos do público-alvo.

Acervo Informativo e Educacional

A equipe multidisciplinar pode solicitar livros, cartilhas, relatórios, pesquisas, documentos, fotos, vídeos, produções da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, dos Ministérios e Secretarias da Saúde, do Meio Ambiente, da Educação, do Trabalho e Emprego, do Desenvolvimento, para montar o acervo. As publicações devem estar em sintonia com a concepção do Mulheres Mil.

O acervo informativo e educacional pode ser enriquecido com material já publicado e que esteja em sintonia com os princípios do Programa. Entre esses estão os materiais e objetos de aprendizagem, inclusive os elaborados pela equipe multidisciplinar, as apostilas, os fôlderes de divulgação, os textos elaborados pelas alunas, os artigos, os livros, as peças de teatro, e outros que contribuam para sua eficácia.

Para isso, deve-se produzir e organizar documentos e recursos didático-pedagógicos, como descritos abaixo:

3.1 Documentos acadêmico-escolares

- Mapa da vida
- Portfólio.

Obs.: Esses documentos são pessoais das alunas e instrumentos de avaliação e reflexão da equipe. O uso dessas ferramentas em oficinas ou publicações só é permitido com a aprovação por escrito das mulheres, que devem ser previamente informadas. O respeito e a construção do exercício da cidadania devem permear todas as ações do Programa,, com olhar especial quando se trata da exposição da vida pessoal das alunas.

3.2 Documentos pedagógicos

- Diários de turma
- Ficha de avaliação individual
- Ficha de avaliação coletiva
- Ementa de curso
- Matriz curricular
- Projeto Pedagógico.

3.3 Recursos didático-pedagógicos

O material poderá ser utilizado pelos professores, alunas e membros da equipe multidisciplinar. São eles.

- Livros didáticos
- Revistas
- Apostilas
- Vídeos
- Filmes.

3.4 Produção científica

- Pesquisa
- Relatos
- Artigos.

4. Produção técnico-científica referente ao sistema de acesso

A produção técnico-científica referente ao Sistema de Acesso, Permanência e Êxito será composta pela produção e publicação de artigos e pelo fomento à pesquisa – constituição de grupos de pesquisa com foco em gênero. Sugerem-se linhas de pesquisa relativas a gênero e trabalho, gênero e saúde, gênero e tecnologia, gênero e educação, para citar algumas.

Passo a passo da Produção de Artigos

- Discutir as diversas peculiaridades do público-alvo e a metodologia dos trabalhos que são desenvolvidos pela equipe (psicologia, assistência social, docentes, etc.).
- Sistematizar e gerenciar a organização dos conteúdos.
- Produzir relatórios sobre o Sistema de Acesso, Permanência e Êxito.
- Organizar os arquivos de forma clara e separados em pastas por temas.
- Estimular a equipe a produzir relatos sobre as experiências implementadas e os resultados.
- Acompanhar/observar a trajetória das egressas no mundo do trabalho.
- Incluir o programa e/ou temas sobre gênero nas pesquisas desenvolvidas pela instituição.
- Estimular alunos e docentes a pesquisarem sobre o tema.

A produção de artigos, relatos e pesquisas são instrumentos de democratização do conhecimento e contribuem para consolidar a competência da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e das demais instituições integrantes do Programa em desenvolver as ferramentas técnicas e currículos para oferecer a populações não tradicionais serviços de acesso, qualificação e formação, permanência e inclusão com êxito no mundo do trabalho.

Os gestores devem estimular a produção de material científico pela equipe multidisciplinar. Os artigos e relatos podem ser compilados em publicações impressas ou eletrônicas, bem como divulgados em revistas e jornais sobre gênero.

Toda produção deverá ser editada em diferentes mídias, respeitando-se necessidades educacionais específicas. Também são recomendados estudos em outras áreas do conhecimento que utilizem o Programa como instrumento de análise. Podem ser realizadas ações pela própria instituição ofertante ou por meio de parcerias com universidades e centros de estudos, trabalhando com as mais diversas áreas, como psicologia, antropologia, sociologia, políticas públicas, etc.

4.1 Objetivos

- Refletir e sistematizar o trabalho desenvolvido.
- Registrar o processo com suas peculiaridades.
 - ✓ Produzir material sobre gênero *versus* educação profissional e tecnológica.
 - ✓ Democratizar o acesso ao conhecimento das ferramentas de inclusão nas instituições integrantes do Mulheres Mil.
 - ✓ Contribuir para a disseminação, divulgação e implantação de políticas de inclusão para populações em situação de vulnerabilidade social.
 - ✓ Compartilhar experiências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSUBEL, David P.; NOVAK, Joseph D.; HANESIAN, Helen. **Psicologia educacional**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980. 625p. [Tradução para o português do original Educational psychology: a cognitive view].

AUSUBEL, David. P. Aquisição e Retenção de Conhecimentos: Uma Perspectiva Cognitiva. Lisboa: Plátano, 2003.

COLL, C. et al. **Os conteúdos na reforma**: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

COLL, C.; MARTÍN, E.; MAURI, T.; MIRAS, M.; ONRUBIA, J.; SOLÉ, I.; ZABALA, A. **O construtivismo na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1999.

FERNANDES, E. Adaptação e equilibração. **Nova Escola**, n. 241, abr. 2011.

MANFREDI, Silvia Maria. Metodologia de orientação profissional aplicada à certificação profissional. MTE/OIT, Brasília: 2006. pag.30

MORAES, C. & NETO, S. A Certificação de Conhecimentos e Saberes como Parte do Direito à Educação e Formação. São Paulo, 2006. P. (34 – 35).

NORONHA, M. e NORONHA, F. E. Z. Educação e comportamento, CPC. Centro de Psicologia Clínica (1985).

encontrado em: <http://www.psicologia.com.pt/artigos/textos/tl025.pdf>

TAVARES, Romero. Aprendizagem significativa. Conceitos. Jul/2003-Jun/2004. P. (56-60). <http://www.fisica.ufpb.br/~romero>

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES